A AMAZÔNIA E O DISCURSO POLÍTICO NA CHARGE 'TEMER – CÓDIGO DE BARRA'

ANDRESSA FABRINA KLAUCK¹
RHAFELA RICO BERTOLINO BERIULA²
SÉRGIO PEREIRA MAIOLINI³

Grupo de Pesquisa Educação e Estudos de Linguagem
Universidade do Estado de Mato Grosso
Av. dos Ingás, 3001 – 78555-000 – Sinop – MT – Brasil

andressaklauck@outlook.com , rhafe_rico@hotmail.com ,
maiolini.libras@gmail.com

Resumo. *Este artigo propõe tecer considerações sobre a materialidade charge em uma análise discursiva. Tem por objetivo verificar os sentidos que enredam a Amazônia e o discurso político na charge intitulada Temer – Código de Barra, veiculada no mês de agosto de 2017 em um site jornalístico brasileiro. A pesquisa de abordagem qualitativa tem como amparo teórico a análise de discurso materialista histórica e seus conceitos de condições de produção, interdiscurso e formação discursiva. Traz como resultados a região amazônica significada como fonte de exploração do mercado internacional. Conclui-se que, no discurso político analisado, a Amazônia é equiparada a um produto a ser comercializado.*

Palavras-chaves: *Análise de Discurso; discurso político; charge; Amazônia.*

Abstract. *This article proposes some considerations about the comic strip materiality in a discursive analysis. It aims to verify the meanings that entangle the Amazon and the political discourse in the cartoon titled Temer – Bar Code, published in August 2017 on a Brazilian journalistic site. The research of qualitative approach has as theoretical support the analysis of historical materialist discourse and its concepts of conditions of production, interdiscourse and discursive formation. It brings as a result the Amazon region meaning as a source of exploration of the international market. It is concluded that, in the political discourse analyzed, the Amazon it is assimilated as a product to be commercialized.*

Keywords: *Discourse Analysis; political discourse; comic strip; Amazon.*

¹ Mestranda em Estudos Linguísticos na UNEMAT.

² Mestranda em Estudos Linguísticos na UNEMAT.

³ Mestrando em Estudos Linguísticos na UNEMAT.

INTRODUÇÃO

Todo texto é uma unidade, que pode ser constituída por sons, letras, sinais e imagens, caricaturas de forma simultânea ou não. As tecnologias digitais fizeram emergir novos gêneros textuais, novas formas de comunicação caracterizadas como fenômenos sociais e históricos, por versarem sobre as mais diversas questões. Demonstram a importância na estrutura comunicativa da sociedade bem como na constituição da subjetividade do sujeito. O gênero charge surge nesse contexto, a palavra origina-se do termo francês *charger*. É, casualmente, utilizado como forma de veiculação de acontecimentos atuais, se direciona a um momento, um cenário específico e se posiciona de forma crítica e focalizada. Em razão dessas características é amplamente utilizada nas questões políticas para satirizar algum acontecimento.

A charge a ser analisada neste estudo, intitulada ‘Temer – Código de barra’, foi veiculada, no mês de agosto de 2017, em um *site intitulado como* Diário do Centro do Mundo, instalado no portal IG. Essa charge tem como temática o Decreto 9.142/2017 que versa sobre a extinção da Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (RENCA), o que possibilita a exploração de reservas de cobre em região de Amazônia Legal por mineradoras estrangeiras.

Neste trabalho, amparado nos preceitos teóricos de Michel Pêcheux e Eni Puccinelli Orlandi, expõem-se considerações sobre a materialidade charge e como os conceitos de condições de produção, interdiscurso e formação discursiva se apresentam na materialidade escolhida como objeto de análise. Por fim, apresenta-se a compreensão discursiva, tendo como foco de análise o texto, a imagem e as cores.

APORTE TEÓRICO

A Análise de Discurso (ORLANDI, 2012, p. 60) considera o texto como uma unidade de análise que, ao ser posto em leitura à luz de seus conceitos teóricos, mostra os processos de textualização do discurso, o efeito de sentidos entre locutores. Esse gesto de leitura permite “[...] considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar a presença do não-dito no que é dito”.

O ponto importante não é a organização linguística do texto em si, mas como ele se organiza na associação da língua e da história, do sujeito em sua relação com o mundo. Ao pensar o homem na sua história a Análise de Discurso “[...] considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida entre a língua e os sujeitos que falam, bem como as situações em que se produz o dizer.” (ORLANDI, 2015, p. 14).

As condições de produção são assim definidas por Orlandi (2015, p. 28):

[...] elas compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso. A maneira como a memória “aciona”, faz valer as condições de produção, é fundamental. [...] Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o texto imediato. E se as

considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico.

Assim, as condições de produção constituem os discursos e funcionam de acordo com certos fatores, sendo a relação de sentidos um deles. Desta forma, não há discurso que não esteja relacionado com outros discursos que vieram antes, é nesta conjuntura, a partir de tais relações que os sentidos são produzidos. O discurso, como conceitua Orlandi (2015, p. 17), “[...] é efeito de sentidos entre locutores [...]” e resulta da relação de sujeitos simbólicos que participam do discurso, dentro de circunstâncias determinadas, afetados pelas memórias discursivas.

Para Orlandi (2015, p. 29), no que se refere à memória, quando posta em relação ao discurso, é tratada como interdiscurso, uma memória discursiva, “[...] saber discursivo que torna possível todo dizer e que [...] disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”.

O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras façam sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras. (ORLANDI, 2015, p. 31-32)

A mesma autora, quanto ao significado de sujeito, afirma que se faz necessário entender a forma-sujeito, ou seja, a existência histórica de cada indivíduo, agente de práticas sociais. Este, portanto, constitui-se pelo esquecimento do que o determina, da ideologia que interpela o indivíduo e submete-o a língua, significando e significando-se pelo simbólico na história.

Orlandi (2013, p. 6), sobre os processos de significação, ainda pondera que

ao significar, o sujeito se significa e o gesto de interpretação é o que, perceptível, ou não, para o sujeito e seus interlocutores, decide a direção dos sentidos, decidindo assim sobre sua própria “direção” (identificação, posição-sujeito etc.), ao inscrever-se em formações discursivas, reflexos das formações ideológica.

Neste ponto, vale ressaltar que, os sentidos de uma palavra não existem em si mesmo, ela muda de sentido conforme a posição daquele que a emprega, fazem referências às formações ideológicas nas quais essas posições são constituídas. Têm-se as formações discursivas, caracterizadas pela projeção na linguagem das formações ideológicas.

Conforme enfatiza Orlandi (2015, p. 20) “[...] chamamos então de formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, determina o que pode e deve ser dito. Portanto, as palavras, proposições, expressões recebem seu sentido da formação discursiva na qual estão inseridas”. É inerente à formação discursiva dissimular na transparência do sentido o que foi dito sempre antes em outro lugar, uma vez que, as formações são determinadas pela memória discursiva.

Nesse ponto, temos que a formação discursiva a ser analisada na charge ‘Temer -Código de Barra’ se insere em um discurso político, tem-se desta forma que sua constituição se estabelece com as relações de força e poder presentes que delimitam o que pode e deve ser dito e as palavras recebem sentidos interpelados pela ideologia.

As palavras, portanto, falam com outras palavras, que por sua vez é sempre parte de um discurso que se delineia na relação com outros dizeres, tanto os constituídos no contexto imediato, quanto os produzidos em condições de produção lata (ORLANDI, 2015). Desta forma, corroborando os conceitos expostos até o presente, compreende-se que

desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo o que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. O estudo do discurso explicita a maneira como a linguagem e ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca. (ORLANDI, 2015, p. 41)

Assim, com a compreensão de que os sentidos se constituem ideologicamente e que sempre é possível relacionar um dizer a outros dizeres, ancorada principalmente nos conceitos de condições de produção, interdiscurso e posição sujeito delineados pela Análise de Discurso materialista histórica, passa-se às análises da charge escolhida como objeto no presente trabalho.

AS ANÁLISES

Para iniciar a análise do *corpus*, apresenta-se a charge escolhida:

Charge: Temer – Código de Barra.

Fonte: Jornal Centro do Mundo, 2018.

Condições de Produção

A entrega dos recursos naturais aos interesses internacionais tem sido tema frequente nas notícias do âmbito político no país. Os casos mais recentes se constituem em alterações de áreas de reserva ambiental, alterando-as ou extinguindo-as para que seja possível a liberação de projetos de desenvolvimento e/ou sejam liberadas novas áreas de exploração, principalmente, as áreas de reserva ambiental que se encontram na área de Amazônia legal.

Como nos relata Castro (2010), a legalização da exploração de recursos naturais pelo Poder Legislativo, como por exemplo, o Código de Mineração, contribui de maneira significativa para atrair investimentos de empresas constituídas por capital estrangeiro. Os grandes projetos de investimentos implantados na região, especialmente nos que possuem por objeto a exploração de minérios, conduzem ao crescimento de conflitos sociais, tanto ambientais, quanto de deslegitimação de áreas até então concedidas a povos tradicionais.

Castro (2010) também pontua que nos arredores das cidades, onde encontram-se instaladas as empresas de exploração de recursos naturais, há forte especulação imobiliária, aumento dos índices de violência com maior intensidade, além da redução da qualidade nas relações de trabalho, como indica a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale (AIAV, 2015, p. 12).

Somos comunidades inteiras que vivem no entorno da exploração sem limites de minérios. Somos sindicalistas que, a cada dia, testemunham a deterioração das condições de trabalho e as mortes causadas por acidentes continuarem, a despeito da luta que empreendemos. Somos quilombolas, indígenas, pescadores, ribeirinhos que querem apenas continuar vivendo do nosso jeito de ser.

Somos famílias inteiras forçadas a viver nas casas sujas de fuligem das siderurgias, com as paredes rachadas pela passagem de trens carregados de minérios, que, por sua vez, matam nossas crianças. Somos mulheres que adoecem pela sobrecarga emocional e do trabalho que se avolumam pelas tarefas historicamente realizadas por nós: cuidar dos doentes, dos idosos, das crianças com bronquite, alergias, dermatites etc.

De acordo com Leal (1990, p. 40), a Amazônia passa por um “[...] saque modernizado e eficiente [...]” uma vez que, grandes corporações internacionais retiram recursos naturais, permanecendo somente a descapitalização socioambiental. Desta forma, como aponta Castro (2010), o resultado da exploração econômica não se converte em benefícios para a região, promovendo o desenvolvimento neoextrativista, como discutem Milanez e Santos (2013, p. 121).

[...] a ideia de neoextrativismo corresponderia a uma reconfiguração do extrativismo, conceito cunhado para definir um conjunto de estratégias de desenvolvimento ancoradas em um grupo de setores econômicos que removem um grande volume de recursos naturais para comercialização após nenhum ou quase nenhum processamento.

Uma das ferramentas utilizadas pelo Chefe do Poder do Executivo, para negociar as riquezas da região amazônica, são os decretos, documentos jurídicos governamentais. O

referido instituto se caracteriza como instrumento previsto na Constituição Federal que permite ao Presidente da República, de forma unilateral, expedir com força normativa de lei a ordem, sem necessitar de aprovação do congresso nacional.

Trata-se, portanto, de uma forma do poder executivo exercer sua função atípica, legislar. A legislação pátria não traz de forma expressa os limites sobre que conteúdos os decretos podem versar; entretanto, em alguns casos, o ordenamento apresenta de forma tácita algumas barreiras materiais, tais como as áreas de reserva ambiental.

Para facilitar a compreensão, faz-se necessário salientar que a Constituição Federal trouxe de forma expressa em seu artigo 225 o direito ao meio ambiente. Vejamos.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

Para regulamentar o disposto no dispositivo constitucional acima descrito, a Lei 9.985/2000 assevera que:

Art. 22. As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público.

§ 7º A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica.

Assim, de acordo com o disposto, as áreas de reserva ambiental, tais como a Reserva Nacional do Cobre e Associados (RENCA), não podem ser reduzidas ou desafetadas através de decretos. Esta reserva tem como território nove áreas protegidas, entre elas unidades de preservação ambiental e terras indígenas. A reserva foi criada em 1984, no regime militar, mediante o Decreto nº 89.404.

Com tal fato apresentado, passa-se a explicar o contexto imediato em que a charge, objeto desta análise foi criada.

Em agosto de 2017, o então Presidente da República Michel Temer, mediante decreto, extinguiu a área destinada à RENCA. Tal ato possibilitou a exploração das áreas de minérios por empresas do setor privado.

DECRETO Nº 9.142, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Revogado pelo Decreto nº 9.147, de 2017

Extingue a Reserva Nacional de Cobre e seus associados, constituída pelo Decreto nº 89.404, de 24 de fevereiro de 1984, localizada nos Estados do Pará e do Amapá.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição,
DECRETA:

Art. 1º Fica extinta a Reserva Nacional de Cobre e seus associados, constituída pelo Decretos nº 89.404, de 24 de fevereiro de 1984, localizada nos Estados do Pará e do Amapá.

Art. 2º A extinção de que trata o art. 1º não afasta a aplicação de legislação específica sobre proteção da vegetação nativa, unidades de conservação da natureza, terras indígenas e áreas em faixa de fronteira.

Art. 3º Ficam revogados:

I - o Decreto nº 89.404, de 24 de fevereiro de 1984; e

II - o Decreto nº 92.107, de 10 de dezembro de 1985.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de agosto de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER

Fernando Coelho Filho

Sergio Westphalen Etchegoyen

Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.8.2017.

Junto a isso, vale apontar que, em meses anteriores à publicação do decreto, mais precisamente no mês de março de 2018, em um evento que ocorreu em Toronto no Canadá, nomeado de *Prospectors and Developers Association of Canadá* (PDCA), o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, anunciou um pacote de medidas para reformular e incentivar o setor de exploração mineral.

Para viabilizar a extinção da reserva e para que a publicação do decreto atingisse o objetivo de fomentar a exploração pelo setor privado na área da antiga reserva, o Governo Federal editou a Portaria nº 128 em 30 de março de 2017, que versa sobre os títulos minerários, autorizações de pesquisa, permissões de lavra garimpeira e registros de licença que estavam pendentes de autorização do Governo Federal.

É nesse contexto que é publicada a charge, objeto desse estudo. Interpreta-se, a partir das informações expostas, das condições de produção, que a charge traz em seu teor questões de ordem política, histórica e debates atuais, o que evidencia suas características enquanto materialidade discursiva e promove a discussão sobre temas relevantes, promovendo sátiras, como forma de protesto. Tal ato retoma o interdiscurso, a memória, e propicia a construção de outros discursos, outros sentidos. Sobre isso, Pêcheux e Fuchs (2014, p. 164) determinam que, “[...] numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. [...] toda formação discursiva deriva de condições de produção específicas, identificáveis a partir do que acabamos de designar”.

Interdiscurso e formação discursiva

Uma vez exposta as condições de produção em seu sentido *lato* e imediato, tem-se embasamento suficiente para tratar do interdiscurso e da formação discursiva. Na charge escolhida como objeto de estudo, o interdiscurso, o já-dito sobre as questões da ocupação e/ou exploração da Amazônia, sustentam os sentidos suscitados pela charge. Trata-se de uma memória discursiva, um interdiscurso, que permite a retomada de todo o dizer e que afeta a forma do sujeito significar em uma formação discursiva dada, uma vez que, “[...]”

um discurso não apresenta, na sua materialidade textual, uma unidade orgânica em um só nível que se poderia colocar em evidência a partir do próprio discurso, mas que toda forma discursiva particular remete necessariamente à série de formas possíveis [...]” (PÊCHEUX (2014, p. 105).

Os discursos que posicionam a Amazônia no centro das atenções versam sobre suas riquezas, desde o seu projeto de povoamento. Iniciado com fervor na época do regime militar, sob o slogan ‘ocupar para não entregar’, os planos de incentivo a exploração da região criado pelos militares, culminaram em um período de valorização econômica da Amazônia. Tem-se nesse momento a construção da usina Hidrelétrica em Tucuruí e a implantação do polo de exploração da Companhia Vale do Rio Doce. Na mesma época inicia-se a exploração do ciclo da borracha e do cacau, com a atração de empresas estrangeiras para a região.

Ante a esse conjunto de formulações, a memória surge como propulsora na constituição dos sentidos, na medida em que se encontra com dizeres do contexto imediato. Desta forma ao analisar a charge em sua parte escrita temos dois itens relevantes: a) a palavra Amazônia e o desenho do código de barras que é desenhado na tela de pintura. Ao observar o código de barras, nota-se uma determinada ordem numérica, sobre isso, faz-se necessário explicar a sua constituição. Conforme descreve Soares e Vasconcellos (1991, p. 4):

Identificação do País: Os primeiros dois ou três dígitos da esquerda para a direita, conforme necessidade do país. No caso do Brasil, esse número é o 789.

Identificação do Fabricante e do Produto: Os nove ou dez dígitos subsequentes ao código do país. Esse código é determinado, no Brasil, pela ABAC - Associação Brasileira de Automação Comercial.

Dígito Verificador: Um dígito que serve de controle para se certificar de que não houve erro na leitura do código. É calculado segundo um algoritmo em 5 passos.

O código de barras foi criado para melhorar a gestão dos produtos comercializados, conforme descrito acima, carrega informações do produto para o qual foi criado e possibilita uma padronização na comercialização de produtos, o que facilita a exportação, uma vez que a dinâmica de criação desses códigos segue padrões internacionais.

Desta forma, para compreender os sentidos do código de barras na referida charge, deve-se associa-la à palavra Amazônia. Sua formulação se sustenta ante a sua relação com o interdiscurso, esse saber discursivo que possibilita o dizer através de uma memória, em uma formação discursiva dada, permeada por um discurso político.

Ao observar a charge, nota-se que os três primeiros números do código de barras em questão são ‘789’, o que caracteriza um produto fabricado no Brasil. Para compreender o que é determinado como produto, tem-se a palavra Amazônia, caracterizando como um produto passível de comercialização. Esta leitura se reforça quando ao olhar o código de barras como um todo, percebe-se que os traços que o constituem, possuem em sua parte superior o desenho de copas de árvore.

Na charge, o código de barras é desenhado pela caricatura do então Presidente em exercício Michel Temer que, valendo-se de suas atribuições como Chefe do Poder Executivo, para possibilitar a comercialização da Amazônia, extinguiu mediante decreto áreas de uma reserva ambiental, no caso a Reserva Nacional do Cobre e Associados (RENCA). Isso possibilitou a abertura para que empresas do setor privado, principalmente as com sede no exterior, iniciassem possíveis projetos de exploração de minérios na região.

Outro ponto que reforça essa compreensão é o fato de o presidente em exercício ser caracterizado como um pintor, que olha para a sua fonte de inspiração e a retrata de acordo com a sua concepção, no caso como um produto que pode ser comercializado. No ponto, vale ressaltar também a importância da intensidade das cores utilizadas, elas aparecem na charge com mais realce quando utilizadas para representar o código de barras e a caricatura, o que reforça a ideia de que a prioridade do Chefe do Executivo, na formação discursiva enredada por discursos políticos, é negociar as riquezas da região amazônica.

EFEITO DE FECHO

No decorrer deste artigo, foram relacionados os conceitos teóricos da Análise de Discurso materialista histórica de condições de produção, interdiscurso e formação discursiva, a fim de compreender os sentidos que enredam a Amazônia e o discurso político na charge *Temer – Código de Barra*, veiculada no mês de agosto de 2017 em um *site* jornalístico brasileiro.

A materialidade discursiva charge tem como característica ser forma de veiculação de fatos recentes e, ao ser tomado como objeto de estudo, posiciona-se de forma crítica e focalizada, apontando determinado acontecimento, o que inclui discursos jurídicos governamentais, o espaço – a Amazônia – e determinado sujeito. Esse posicionamento é apresentado nas condições de produção do *corpus* escolhido para essa análise e, seus sentidos, se reforçam na medida em que o contexto imediato é movimentado por um interdiscurso, uma memória em uma formação discursiva dada, que no caso realça/salienta o discurso político jurídico governamental.

Sendo assim, ante as condições de produção apresentadas, tem-se que a região amazônica se constitui como fonte de riquezas que despertam os interesses do setor privado, especialmente no que toca o capital estrangeiro. Nesse caminhar, a charge apresenta a interpretação do sujeito autor ao analisar o Decreto 9.142/2017, instituído pelo então presidente em exercício Michel Temer, que solidifica a intenção de seu governo em considerar a Amazônia como um produto a ser comercializado.

Ademais, suas ações em torno da região, como a elaboração da Portaria 128 de 30 de março de 2017, corroboram com o mesmo entendimento, pois trata de uma medida anterior que tornou o decreto possível, fortaleceu o comércio das riquezas naturais até então protegidas pela Reserva Nacional do Cobre e Associados (RENCA).

O humor ideológico provocado pelo texto – imagem, cor, letras, números, entre os outros recursos utilizados – da charge aponta a sátira relacionada a questão da comercialização da Amazônia. Ao lançar a charge, o autor nos possibilita a releitura dos discursos jurídicos

governamentais, além da retomada das discussões sobre as questões do meio ambiente, o que provoca a construção de novos sentidos sobre tais discursos, uma vez que, retomando os já-ditos, as possíveis leituras da charge estarão inscritas nos processos sócio-históricos e ideológicos de cada sujeito.

Portanto, a materialidade discursiva analisada neste trabalho possibilita a compreensão de que um texto não é apenas um ato ‘claro’ sobre determinado assunto. A análise da charge proporciona, sob o olhar da Análise de Discurso materialista histórica, a compreensão do discurso sob a perspectiva de um processo discursivo que abrange muitos outros discursos que já vieram antes, ou seja, que está marcado pela heterogeneidade discursiva, o que retoma o processo interdiscursivo, mas que propicia a construção de outras formações discursivas, outros significados.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] república Federativa do Brasil**, Poder Constituinte, Brasília, 5 out. 1988. (Seção 1, p. 1)
- BRASIL, Decreto nº 9.142, de 22 de agosto de 2017. **Diário Oficial [da] república Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 23 ago. 2017. (Seção 1, p. 13)
- BRASIL, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Diário Oficial [da] república Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 19 jul. 2000. (Seção 1, p. 1)
- BRASIL, Portaria nº 128, de 30 de março de 2017. **Diário Oficial [da] república Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 7 jul. 2017. (Seção 1, p. 140)
- CASTRO, E. Políticas de estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. Em: BOLLE, W. *et. al.* (Orgs). **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010.
- LEAL, Aluizio Lins. Uma Sinopse Histórica da Amazônia (Uma visão política). **Cadernos do Centro de Estudos do Terceiro Mundo**, FFLCHUSP, 1991.
- ORLANDI, E.P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 12^a. ed. Campinas: Pontes, 2015.
- ORLANDI, E.P. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. Em: DIAS, C. **Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital [online]**. Série e-urbano, vol. 2, 1-18, 2013. Disponível em https://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/volumeII/arquivos/pdf/eurbanoVol2_EniOrlandi.pdf. Acesso em 20 set. 2018.
- ORLANDI, E.P. **Discurso e Texto: formulação e circulação de sentidos**. 4^a. ed. Campinas: Pontes, 2012.
- PAIXÃO, A. Temer – Código de Barra. 2017. Charge. Color. Disponível em <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/temer-codigo-de-barra/>. Acesso em 8 set. 2018.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). Em: GADET, F.; HAK, T. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bras. 5^a. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2014a.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). Em: GADET, F.; HAK, T. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bras. 5^a. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2014a. p. 59-158.
- SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos; MILANEZ, Bruno. Neoextrativismo no Brasil? Atualizando a análise da proposta do novo marco legal da mineração. Juiz de Fora: Poemas, 2013. Disponível em <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/1940>. Acesso em 15 nov. 2018.

SOARES, A.; VASCONCELLOS, H. Códigos de barras: a presença visível da automação. **REV. ADM. EMPRES.** vol. 31, nº 01, 59-69, mar. 1991. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901991000100009. Acesso em 15 set. 2018.

Artigo recebido em: fev. de 2019.
Aprovado e revisado em: ago. de 2019.
Publicado em: dezembro de 2019.

Para citar este texto:

KLAUCK, Andressa Fabrina; BERIULA, Rhafaela Rico Bertolino; MAIOLINI, Sérgio Pereira. A Amazônia e o discurso político na charge ‘Temer – Código de Barra’. **Entremeios** [Revista de Estudos do Discurso, ISSN 2179-3514, on-line, www.entremeios.inf.br], Seção Estudos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pouso Alegre (MG), vol. 18, p. 151-161, jan. - jun. 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol18pagina151a161>